



# SINITOC

SIMPÓSIO DE NEURODIVERSIDADES  
E SUAS INTERFACES NO TOCANTINS

## CADERNO DE RESUMOS

ANAIS ELETRÔNICOS DO I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE  
NEURODIVERGÊNCIAS - SINITOC

Afya Faculdade de Ciências Médicas de Palmas (Afya Palmas)  
12 a 13 setembro de 2026. Palmas, Tocantins

**COPPEXII**  
Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa,  
Extensão, Inovação e Internacionalização

**Afya** FACULDADE  
DE CIÊNCIAS  
MÉDICAS  
PALMAS • TO

**ANAIS ELETRÔNICOS DA 1ª EDIÇÃO  
DO SIMPÓSIO DE NEURODIVERGÊNCIA E SUAS INTERFACES NO TOCANTINS (SINITOC)**

**DIRETOR GERAL**

Rudinei Spada

**COORDENAÇÃO ACADEMICA**

Bárbara Maria dos Santos Caldeira

**COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA**

Gustavo Trilha Muniz

**COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO,  
INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO**

Maria Tereza Ribas Sabará

**ORGANIZADORA DO CADERNO DE RESUMOS:**

Profa. Luciana Colares Leitão

**EDIÇÃO GRÁFICA E DIAGRAMAÇÃO:**

Maria Tereza Ribas Sabará

Douglas Rodrigues Alencar

**ORGANIZADORES DO SIMPÓSIO DE NEURODIVERGÊNCIA  
E SUAS INTERFACES NO TOCANTINS (SINITOC)**

**ORGANIZADORES DO EVENTO**

Profa. Luciana Colares  
(Orientadora)  
Profa. Maria Tereza R. Sabará  
Prof. André Pugliese  
Amanda Narcizo Conde  
Anna Carolina Cavalcante  
Ana Júlia Amorim  
Ana Karolinne dos Santos  
Anna Beatriz Gomes  
Anna Júlia da Silva  
Antônio Jackson Agra  
Augusto Silva Bezerra  
Caio Costa Varão

Clebson Brendwon Soares  
Diones Cardoso da Costa  
Heitor Rodrigues Vaz  
Humberto Barreto Primo  
Isabelle Maria Viana  
João Pedro Rodrigues  
Josleidany Borges da Silva  
Leticia Machado Bento  
Lucas Ferraz Fávaro  
Luzivan Alves Aguiar  
Manoel Joaquim Neto  
Marcelo Feitosa Gomes  
Marcos do Carmo Vieira

Marculina Barros Bolwerk  
Mateus Miranda de Souza  
Naiara Jardim  
Núbia Daiana Mota  
Paulo Sérgio de Melo  
Ricky Nathan Passarin  
Sara Alves Santiago  
Sofia Laura Aprijo  
Stella Costa Stecca  
Thiago Pereira Aguiar  
Yasmim Leite e Silva

## SUMÁRIO

DIVERGENTES, MAS IGUAIS: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA..... 4

*Autores: Walter Cardoso de Brito, Franciele Pires Justo Leão, Maria Tereza Ribas Sabará, Anna Livia Carreiro Rocha*

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO MÉDIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PROFESSORA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DO ESTADO DO TOCANTINS – TO ..... 5

*Autores: Clarice Borges da Silva Oliveira, Kátia Gonçalves Dias*

RELATO DE EXPERIÊNCIA: IMPLEMENTAÇÃO DE COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO EM UM CMEI DE PALMAS..... 6

*Autores: Carline Duarte de Oliveira Silva, Talita Marques Teixeira*

A ARTE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: EXPERIÊNCIAS EM SALA DE AULA ..... 6

*Autores: Tamires Iwanczuk de Oliveira*

O RUGIDO QUE GARANTE DIREITOS: TOCA DAS LEAS, O GRUPO DE APOIO JURÍDICO GRATUITO QUE DÁ ACESSO AO CONHECIMENTO E EMPODERA AS MÃES NEURODIVERGENTES ..... 7

*Autores: Daniella Monticelli Manso Guimarães*

PRÁTICAS DE INCLUSÃO PARA PACIENTES NEURODIVERGENTES NAS AVALIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE ..... 8

*Autores: Jéssica Fernandes Nominato, Maria Tereza Ribas Sabará, Vitória Dothling Linhares*

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: MARCOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL COMO FERRAMENTA PARA O DIAGNÓSTICO PRECOCE..... 9

*Autores: Isabella Carvalho Rodrigues, Marcos do Carmo Gonçalves Vieira, Anna Beatriz Assis Gomes*

IMPORTÂNCIA DA MODULAÇÃO INTESTINAL EM INDIVÍDUOS AUTISTAS COM DIAGNÓSTICO TARDIO ..... 10

*Autores: Erika Waleska Lustosa de Medeiros, Ithamara Costa Silva*

## **DIVERGENTES, MAS IGUAIS: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

**Walter Cardoso De Brito**

Graduando em Medicina - Afya Palmas

**Franciele Pires Justo Leão**

Graduando em Medicina - Afya Palmas

**Anna Lívia Carreiro Rocha**

Graduando em Medicina - Afya Palmas

**Maria Tereza Ribas Sabará**

Professora do curso de Medicina da Afya Palmas

**Resumo:** INTRODUÇÃO O acesso à informação sobre direitos sociais é fundamental para o exercício da cidadania, especialmente para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias. O projeto foi executado na Associação Anjo Azul em Palmas - TO, precedido por investigação das demandas do público-alvo, que evidenciou desconhecimento e dificuldade de acesso a informações, ampliando a vulnerabilidade das famílias. No Tocantins, a escassez de materiais acessíveis sobre legislações cria barreiras administrativas, dificultando benefícios como Benefício de Prestação Continuada (BPC), isenções fiscais e educação inclusiva. Essa lacuna perpetua desigualdades e exclusão social, conforme destaca Weissheimer et al. (2021). O projeto foi desenvolvido por estudantes de Medicina do primeiro período para enfrentar a vulnerabilidade informacional, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 e 17 da ONU. OBJETIVO Criar um site interativo e acessível para Associação Anjo Azul para centralizar e disseminar informações sobre os direitos de pessoas com TEA e suas famílias, com base em legislações e protocolos vigentes. METODOLOGIA A abordagem metodológica integrou revisão teórica de leis-chave, como a Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA (nº 12.764/2012), visitas exploratórias a instituições públicas em Palmas - TO (Secretaria da Fazenda, SEMED, INSS) para simular trâmites burocráticos e pesquisa participativa via roda de conversa na Associação Anjo Azul. Inspirada em Freire (2005) e Thiollent (2011), a metodologia enfatizou coprodução de conhecimento, escuta ativa e uso de tecnologia digital (Castells, 2010; Ragnedda & Muschert, 2013). O projeto foi desenvolvido de agosto a dezembro de 2024, em etapas de levantamento teórico, pesquisa de campo, desenvolvimento e validação do site. A ferramenta foi estruturada em eixos temáticos (Educação, Saúde, Benefícios Assistenciais, Transporte, Lazer), com simulações presenciais para validar conteúdos e identificar limitações. RESULTADOS PRELIMINARES As visitas realizadas pelos discentes revelaram ausência de fluxos padronizados, desconhecimento de servidores públicos, descompasso entre legislação e prática administrativa, reforçando dificuldades das famílias no acesso a direitos (Gomes et al., 2015). O diagnóstico foi corroborado na roda de conversa: familiares relataram lacunas de conhecimento sobre legislações que garantem oportunidades equitativas. Os relatos validaram a pertinência da confecção do site, acessível, bem estruturado, recebendo feedback positivo quanto à linguagem simplificada e organização temática. Tais aspectos contribuíram para reduzir desigualdades informacionais, fomentar autonomia dos usuários. Ao final, a Associação Anjo Azul recebeu acesso pleno ao site, com finalidade de atualizá-lo continuamente, disseminar informações

fidedignas à comunidade, fortalecendo o exercício da cidadania por meio do conhecimento. **CONCLUSÃO** O projeto destaca o potencial da extensão universitária na integração de tecnologia e participação comunitária para promover cidadania e direitos humanos. Embora não elimine obstáculos estruturais, o site atuou como instrumento complementar, reforçando a necessidade de políticas intersetoriais (Zioni & Westphal, 2007). A entrega da ferramenta tecnológica à comunidade reforça o compromisso com a transformação social. A experiência contribui para a formação interdisciplinar em Medicina, incentivando ações contínuas pela inclusão social no Tocantins.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista - TEA, direitos humanos, acesso à informação.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO MÉDIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PROFESSORA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DO ESTADO DO TOCANTINS – TO**

**Clarice Borges da Silva Oliveira**

**Kátia Gonçalves Dias**

**Resumo:** A educação especial na perspectiva inclusiva tem sido amplamente debatida, envolvendo aspectos políticos, culturais, sociais e pedagógicos, sempre com o objetivo de garantir o direito de todos a uma educação de qualidade. No Brasil, a base para a Educação Inclusiva começou a se consolidar após a realização da Conferência Mundial de Educação Especial, em 1994, que resultou na Declaração de Salamanca. Somente nos anos 2000 que surgiu uma política formal denominada “Educação Inclusiva”. Apesar dos avanços, a Educação Inclusiva ainda representa um grande desafio. Este trabalho teve como objetivo um breve levantamento das Políticas Públicas Educacionais, como contexto histórico, desde as primeiras escolas para cegos e surdos como base para a construção de um referencial sobre a Educação Inclusiva no Brasil, desde o século XIX até os tempos atuais. Para isso, utilizou-se uma abordagem metodológica analítico-descritiva e a técnica de pesquisa bibliográfica exploratória para a produção de relato de experiência sobre o atendimento educacional especializado de estudante com diagnóstico de transtorno do desenvolvimento intelectual, no Centro de Ensino Médio Presidente Castelo Branco, na cidade de Colinas do Tocantins. A coleta de dados foi feita por meio da observação direta e participativa, com análise do Projeto Político Pedagógico e do diário de bordo, sendo observadas práticas inclusivas eficazes de promoção acadêmica do estudante no ensino médio que oportunizou acesso ao curso superior. Os resultados identificaram como principais desafios as adaptações curriculares, o atendimento em sala de recursos em escola de tempo integral e sobretudo a situação emergencial imposta pela pandemia Covid-19, elucidando que, mesmo com a implementação de diversas políticas públicas relacionadas ao tema, a Educação Inclusiva ainda enfrenta dificuldades no processo de escolarização. Dessa forma, para garantir uma educação inclusiva e de qualidade, que responda às necessidades dos estudantes com deficiência intelectual, é fundamental que as escolas adotem uma nova abordagem que ultrapasse a mera aceitação e passe a valorizar, de fato, as singularidades de cada indivíduo.

**Palavras-chave:** Ensino médio, educação inclusiva, deficiência intelectual.

## **RELATO DE EXPERIÊNCIA: IMPLEMENTAÇÃO DE COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO EM UM CMEI DE PALMAS**

**Carline Duarte de Oliveira Silva**

**Talita Marques Teixeira**

**Resumo:** A Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) constitui uma vertente fundamental da Tecnologia Assistiva, voltada à ampliação ou substituição da fala por recursos e estratégias que favoreçam a expressão e participação de indivíduos com limitações temporárias ou permanentes na comunicação. O presente relato descreve a experiência de implementação e treinamento para o uso de prancha de comunicação de baixa tecnologia em contexto escolar, destinada a uma criança em idade escolar com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). A proposta emergiu diante de dúvidas e resistências da equipe pedagógica quanto à utilização do recurso, apesar dos avanços previamente observados em ambiente clínico e familiar. Trata-se de um relato de experiência profissional, conduzido por uma fonoaudióloga e uma psicóloga/terapeuta ABA. O processo envolveu reuniões com a família e a equipe escolar (coordenadora, psicólogo, professora regente e profissional de apoio). As etapas desenvolvidas incluíram reuniões iniciais, realizadas em fevereiro e março de 2025 com pais e equipe escolar; visitas observacionais, durante um período de quatro dias acompanhando a rotina da criança e a introdução inicial da CAA junto à acompanhante escolar; reuniões técnicas, em abril e maio de 2025, voltadas para a apresentação teórica da CAA e o alinhamento entre o contexto clínico e a realidade escolar; e, por fim, a vivência prática com a turma, em junho de 2025, quando foi realizada a primeira experiência direta de modelagem do uso da prancha, interrompida posteriormente pelo recesso escolar. Os resultados preliminares apontaram avanços significativos na comunicação funcional e no comportamento da criança, bem como maior sensibilização da equipe docente, embora desafios tenham persistido, como barreiras logísticas, pausas no calendário escolar e carência de formação continuada em CAA. A única vivência prática com a turma ocorreu em junho de 2025, sendo interrompida pelo recesso escolar, o que gerou lacuna temporal e demandou replanejamento para continuidade. A resistência inicial da escola, pautada na percepção de despreparo para o uso da prancha, ilustra o hiato entre políticas inclusivas e a prática pedagógica cotidiana. A literatura aponta que a presença do recurso, isoladamente, não garante sua funcionalidade: é necessário incorporá-lo à rotina escolar mediante formação continuada e suporte técnico. A interface entre clínica, família e escola se configura como elemento central para a generalização de habilidades e manutenção dos avanços comunicativos. Mais que recurso técnico, essa integração constitui estratégia político-pedagógica de garantia de direitos à inclusão. O relato evidencia que a implementação da CAA no contexto escolar requer mais do que ações pontuais: é necessário planejamento contínuo, formação docente e articulação entre saúde, educação e família. Quando tais elementos se alinham, os resultados extrapolam o espaço clínico e contribuem para a inclusão acadêmica e social da criança.

**Palavras-chave:** Comunicação aumentativa e alternativa, inclusão escolar, autismo, práticas colaborativas.

## **A ARTE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: EXPERIÊNCIAS EM SALA DE AULA**

**Resumo:** Este trabalho descreve um relato de experiência sobre a utilização da arte como ferramenta de inclusão para alunos com deficiência intelectual em sala de aula. A proposta de inclusão muitas vezes perpetua somente em relatórios, sistemas de dados Municipais e Estaduais, porém, a prática não acontece. Os relatos dos docentes pelas lacunas ainda não preenchidas é a falta de tempo, a quantidade de alunos e a falta de materiais para a realização dessas adaptações além disso a falta de formação, criando diversas barreiras para que esses estudantes possam participar devidamente das aulas com igualdade. As atividades foram realizadas na escola Lacerdino Oliveira Campos, na cidade de Colinas do Tocantins- TO. Com a proposta de auxiliar os professores no quesito da participação ativa de uma aluna com deficiência intelectual leve. O objetivo principal foi investigar como as práticas artísticas podem promover o desenvolvimento de habilidades de expressão, comunicação e socialização, ao mesmo tempo em que desafiam representações sociais estigmatizantes. A metodologia adotada foi a pesquisa - ação, com a adaptação das aulas com seus respectivos conteúdos em forma de expressões de arte em uma escola regular, documentadas por meio do acompanhamento de aulas como professora auxiliar, uma das aulas que mais foi realizado esta experiência, nas disciplinas de Ciências, Arte e Inglês. Existe uma fixação dos educadores em que todos(as) os discentes somente poderão aprender especificamente, pela leitura e escrita, dispensando outras formas metodológicas para as devidas adaptações aos alunos com deficiência intelectual. Sendo possível tanto a organização de um espaço e atividades distintas, que possam corroborar na aprendizagem e inclusão no âmbito escolar. Os resultados observados indicam que a arte facilitou a expressão de emoções e a interação entre a aluna e as disciplinas aplicadas no sétimo ano das séries finais, contribuindo para o aumento da autoestima e a construção de um ambiente de aprendizagem mais colaborativo e inclusivo. Conclui-se que a arte - educação é uma poderosa estratégia pedagógica para a educação inclusiva, revelando o potencial criativo e comunicativo do público neuro diverso e ressignificando a visão sobre a deficiência intelectual.

**Palavras-chave:** Arte, expressão, ensino, aprendizagem, neurodiversos.

### **O RUGIDO QUE GARANTE DIREITOS: TOCA DAS LEOAS, O GRUPO DE APOIO JURÍDICO GRATUITO QUE DÁ ACESSO AO CONHECIMENTO E EMPODERA AS MÃES NEURODIVERGENTES**

**Daniella Monticelli Manso Guimarães**

**Resumo:** O Toca das Leas é um projeto que nasceu na pandemia a partir da escuta ativa conduzida por uma advogada especialista em direito médico e da educação. Desde 2021, o que era um grupo de WhatsApp tornou-se uma rede de acolhimento e orientação jurídica gratuita que facilita o acesso aos direitos de famílias neurodivergentes e pessoas com deficiências, integrando conhecimento prático, informação e apoio emocional. O objetivo é reduzir as barreiras de burocracia e desinformação, criando conteúdos a partir das dúvidas das próprias famílias em blocos de orientação online e planejando ações presenciais com foco nas mulheres, em sua maioria mães solo e únicas cuidadoras. A experiência se consolidou em um grupo de WhatsApp com aproximadamente 600 integrantes, onde se observa uma predominância feminina (~80%), evidenciando o alcance entre mulheres que buscam garantir inclusão escolar, atendimento em saúde e acesso a direitos. A descrição da experiência mostra que, do ponto de

vista territorial, o alcance é essencialmente tocantinense (cerca de 70%), mas já se expande nacionalmente para estados como Goiás (≈10%), Distrito Federal (≈3%) e outros (≈15%), extrapolando o território nacional e alcançando brasileiros no exterior. O perfil etário predominante é de mulheres adultas (25–54 anos), período que coincide com a maior sobrecarga de cuidado materno, o que reforça a pertinência do suporte. Para escalar o alcance, em maio de 2025 foi criado o perfil @toca.das.leoas no Instagram, que em agosto somou 9.107 visualizações, 2.792 contas alcançadas, com público 80,2% feminino e 98,8% no Brasil; 60,5% vindo de não seguidores, um claro sinal de difusão para além da base. De forma complementar, o perfil @dani.monticelli.advogada (3.389 seguidores; 7.614 contas alcançadas) amplia a conexão da mensagem entre mulheres de 25-54 anos. Em análise crítica, os dados mostram o crescimento consistente do alcance e o impacto concreto da experiência: mais mulheres informadas, maior segurança para reivindicar direitos e o fortalecimento de redes de apoio. O destaque de conteúdos como o reels sobre "BPC Urgente", com 2 mil visualizações, confirma que temas de impacto social e ligados a direitos engajam mais, sendo o maior desafio atual alcançar ainda mais pessoas pelas redes sociais em prol da informação. Conclui-se que a experiência é relevante e replicável, com potencial para continuar alcançando mais famílias neurodiversas em âmbito nacional. A iniciativa demonstra que, a partir de uma comunidade essencialmente feminina, é possível ampliar a visibilidade e fortalecer a atuação em escala, reforçando a identidade local que constitui sua base e promovendo a conscientização sobre direitos.

**Palavras-chave:** Direitos, neurodiversidade, empoderamento, inclusão, maternidade.

## **PRÁTICAS DE INCLUSÃO PARA PACIENTES NEURODIVERGENTES NAS AVALIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE**

**Jéssica Fernandes Nominato**

**Maria Tereza Ribas Sabará**

**Vitória Dothling Linhares**

**Resumo:** Introdução: As neurodivergências, que incluem condições como autismo, TDAH e dislexia, apresentam desafios únicos na interação com o sistema de saúde. A inclusão de pacientes neurodivergentes nas avaliações é essencial para promover um atendimento eficaz e respeitoso. Este resumo discute como profissionais de saúde podem implementar práticas inclusivas durante as avaliações, melhorando a experiência do paciente e a qualidade do atendimento. Objetivo: O objetivo deste trabalho é apresentar estratégias práticas que os profissionais de saúde podem adotar para melhorar a qualidade do atendimento de pacientes neurodivergentes, visando a criação de um ambiente acolhedor e adaptado às suas necessidades. Metodologia: A metodologia envolveu a implementação de um protocolo de inclusão em consultório médico e odontológico de consultórios particulares. A equipe de saúde participou de treinamentos sobre neurodiversidade, focando nas características das condições e na importância da empatia. Foram desenvolvidos materiais informativos adaptados e guias visuais, como: comunicação alternativa (com uso de pictogramas) e recursos visuais com cores contrastantes e texturas, para facilitar a compreensão dos procedimentos. Além disso, foram realizadas pré-consultas personalizadas com os pacientes ou seus cuidadores, para identificar as preferências e necessidades de cada um deles, permitindo uma abordagem mais centrada no

indivíduo. Resultados Preliminares: Os resultados preliminares mostraram que a implementação das práticas inclusivas teve um impacto positivo. Pacientes neurodivergentes relataram uma experiência mais satisfatória durante as avaliações médicas ou odontológicas, destacando a importância da comunicação clara e do ambiente acolhedor. A equipe observou uma redução da ansiedade dos pacientes, resultando em maior engajamento e colaboração nas consultas. O uso de recursos visuais e a adaptação dos ambientes de avaliação contribuíram para uma comunicação mais eficaz e diagnósticos mais precisos. Conclusão: A inclusão de práticas específicas para atender pacientes neurodivergentes nas avaliações de saúde é fundamental para garantir um atendimento de qualidade e respeito. Profissionais de saúde que adotam uma abordagem empática e adaptativa não apenas melhoram a experiência do paciente, mas também a eficácia do atendimento, e, portanto, assim o tratamento. A formação contínua sobre neurodiversidade deve ser uma prioridade na formação dos profissionais de saúde, assegurando que todos estejam preparados para oferecer um atendimento inclusivo. A promoção da inclusão de pacientes neurodivergentes é uma responsabilidade ética e uma necessidade para construir um sistema de saúde mais justo e acessível.

**Palavras-chave:** Profissionais da saúde. Relações médico-paciente. Diversidade, Equidade e Inclusão.

## **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: MARCOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL COMO FERRAMENTA PARA O DIAGNÓSTICO PRECOCE**

**Isabella Carvalho Rodrigues**

**Marcos do Carmo Gonçalves Vieira**

**Anna Beatriz Assis Gomes**

**Resumo:** Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento marcada por dificuldades persistentes na interação social e padrões restritos de comportamento. A sua prevalência global tem a estimativa de aproximadamente 1 em cada 100 crianças. De acordo com as diretrizes da Academia Americana de Pediatria (AAP) é preconizado o rastreamento para TEA nas consultas de puericultura aos 18 e 24 meses, através de instrumentos como o M-CHAT-R/F, enfatizando a importância da observação dos marcos do desenvolvimento infantil nesse período. Entretanto, diferentes sinais clínicos interferem no tempo de diagnóstico: déficits comunicativos antecipam, enquanto birras e agressividade retardam a avaliação. Estudos brasileiros apontam que ainda há atraso significativo, com diagnóstico em média aos 4,3 anos de idade, embora os familiares percebam manifestações já aos dois anos. Esse retardo configura um desafio, uma vez que a intervenção precoce está associada a melhores desfechos no desenvolvimento da linguagem, interação social e autonomia funcional. A análise dos marcos do desenvolvimento infantil — como contato visual, resposta ao nome, gestos comunicativos e obtenção da fala — desempenha um papel crucial na hipótese clínica inicial e deve ser valorizada tanto por familiares quanto por profissionais da saúde. Objetivo: Revisar as evidências científicas acerca da aplicação dos marcos do desenvolvimento infantil na detecção precoce do TEA. Metodologia: Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada nas bases PubMed, SciELO e LILACS. Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2024, em português e inglês, que abordassem diagnóstico precoce do TEA, sinais do desenvolvimento infantil e estratégias clínicas de rastreamento. Os descritores utilizados foram

“Transtorno do Espectro Autista”, “diagnóstico precoce”, “crianças” e “desenvolvimento infantil”. Resultados preliminares: É esclarecido pela literatura que sinais precoces, como atraso de fala, ausência de contato visual, dificuldades de interação e padrões repetitivos de comportamento, podem ser identificados entre 18 e 24 meses de idade. No Brasil, entretanto, a média de idade para diagnóstico permanece em torno dos 4 anos, evidenciando uma lacuna entre a percepção inicial dos familiares e a confirmação clínica especializada. Instrumentos de rastreio, como o M-CHAT-R/F, quando aplicados em consultas de puericultura, demonstraram qualificação na redução do tempo de diagnóstico. Ademais, a capacitação dos pediatras e demais profissionais da atenção primária é vista como elemento indispensável, já que esses profissionais têm o primeiro contato com as crianças. Os estudos também destacam a importância da atuação interdisciplinar, integrando pediatras, fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais durante o processo avaliativo. Conclusão: O diagnóstico precoce do TEA em crianças depende da valorização dos marcos do desenvolvimento infantil por familiares e profissionais de saúde. A detecção precoce concede o início de terapias baseadas em evidências, favorecendo a inclusão social, qualidade de vida e o respectivo desenvolvimento da criança com TEA.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista, Desenvolvimento Infantil, Crianças, Diagnóstico Precoce.

## **IMPORTÂNCIA DA MODULAÇÃO INTESTINAL EM INDIVÍDUOS AUTISTAS COM DIAGNÓSTICO TARDIO**

**Erika Waleska Lustosa de Medeiros**

**Ithamara Costa Silva**

**Resumo:** O transtorno do espectro autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por alterações na comunicação, interação social e comportamento, sendo frequentemente acompanhada de comorbidades, entre elas as gastrointestinais, que impactam diretamente a qualidade de vida dos pacientes. Indivíduos com diagnóstico tardio apresentam maior vulnerabilidade a essas complicações, já que o atraso no reconhecimento do transtorno frequentemente retarda também intervenções terapêuticas integrativas, como a modulação intestinal. O presente trabalho tem como objetivo discutir a relevância da modulação intestinal como estratégia auxiliar no manejo clínico de pessoas autistas diagnosticadas tardiamente, considerando a interrelação entre eixo intestino-cérebro, microbiota intestinal e manifestações neurocomportamentais. Trata-se de um estudo em andamento, baseado em revisão narrativa de literatura, com levantamento em bases de dados como PubMed, Scielo e Embase, utilizando descritores relacionados a “autismo”, “microbiota intestinal” e “modulação intestinal”, priorizando artigos publicados nos últimos dez anos. Até o momento, os resultados preliminares apontam que indivíduos autistas frequentemente apresentam disbiose intestinal, caracterizada por redução da diversidade microbiana, predominância de espécies potencialmente patogênicas e inflamação de baixo grau. Essas alterações parecem associar-se a sintomas gastrointestinais crônicos, como constipação, diarreia e dor abdominal, além de contribuir para piora de padrões comportamentais, especialmente em pacientes sem suporte terapêutico precoce. A modulação intestinal, por meio de probióticos, prebióticos, ajustes dietéticos e, em casos específicos, intervenção farmacológica, tem se mostrado promissora na redução de sintomas gastrointestinais e na melhora indireta de aspectos comportamentais, cognitivos e de interação social. Entretanto, os dados disponíveis ainda são heterogêneos e carecem de maior

padronização metodológica, sobretudo em populações com diagnóstico tardio, nas quais há escassez de estudos direcionados. Conclui-se, portanto, que a modulação intestinal representa uma estratégia de relevância crescente no cuidado integral a indivíduos autistas, especialmente aqueles diagnosticados em fases mais avançadas da vida, nos quais o suporte multidisciplinar deve contemplar não apenas o manejo neuropsiquiátrico, mas também intervenções voltadas para a saúde intestinal. Os achados preliminares reforçam a necessidade de pesquisas mais robustas e longitudinais para estabelecer protocolos clínicos específicos, capazes de fornecer evidências consistentes para a prática médica e otimizar a qualidade de vida desses pacientes.

**Resumo:** Autismo; Diagnóstico Tardio; Microbiota Intestinal; Modulação Intestinal.